



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

PROVA OBJETIVA – TARDE

PROCURADOR MUNICIPAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** Peça Prática Profissional, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A Peça Prática Profissional deverá ser redigida com número máximo de **90 (noventa)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

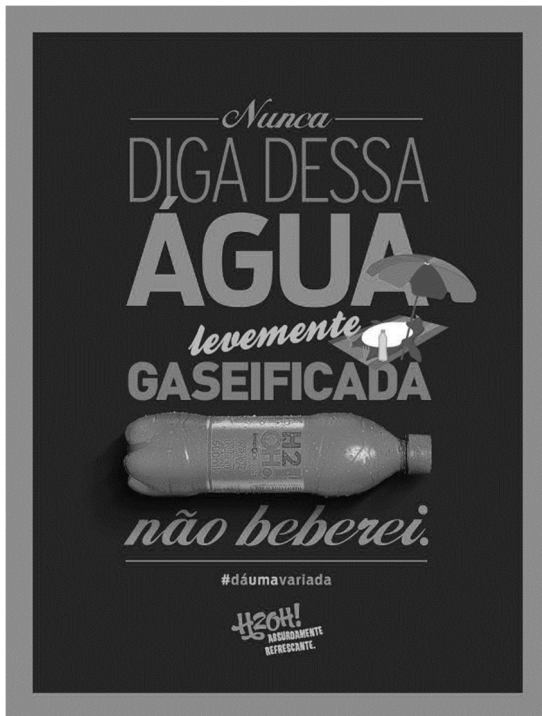
- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Módulo I – Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Analise o cartaz publicitário a seguir.



Sobre ele, assinale a afirmativa correta.

- (A) O cartaz se apoia em publicidade feita por um concorrente.
- (B) A pequena barraca de praia mostra que a água deve ser bebida gelada.
- (C) O termo “levemente gaseificada” indica uma qualidade do produto.
- (D) A frase bíblica na base desse cartaz foi usada sem modificações.
- (E) A imagem deitada da garrafa é prejudicial à propaganda, pois indica que ela está vazia.

2

Assinale a opção que indica a frase em que **não** estão presentes termos que indicam um lugar em relação ao interlocutor.

- (A) A padaria se encontra logo à direita.
- (B) Daqui do alto se observa toda a cidade.
- (C) Atenção: parar no próximo cruzamento.
- (D) Devemos andar devagar diante de escolas.
- (E) Partiremos para longe daqui em duas horas.

3

As frases a seguir mostram uma retomada coesiva do termo sublinhado anteriormente.

Assinale a opção que mostra a frase em que essa retomada é feita por uma perífrase.

- (A) A passagem de ônibus foi cara, mas o estado do veículo era perfeito.
- (B) Ganhou bastante dinheiro no mês, mas isso não foi suficiente para quitar as dívidas.
- (C) Percorreu o caminho do Rio a São Paulo em quatro horas, mas o trajeto não foi agradável.
- (D) Todos observavam a Mona Lisa de Da Vinci, o que é uma rotina para o mais belo quadro do pintor italiano.
- (E) Toda a alegria da festa não conseguia apagar em sua alma o outro contentamento de ter casado com Maria.

4

Assinale a frase que apresenta pontuação adequada.

- (A) Rico não é quem mais tem! É quem menos precisa.
- (B) Pobre é o povo, que não se abaixa, para levantar uma moeda do chão.
- (C) Como a maior parte dos ricos: o principal uso da riqueza consiste na exibição da riqueza.
- (D) É mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar, no reino de Deus.
- (E) A situação tá tão feia, minha grana tão escassa, que o vizinho faz churrasco e eu passo o pão na fumaça.

5

Todos os segmentos textuais a seguir mostram conectores temporais.

Assinale a frase em que o conector sublinhado indica posteridade temporal.

- (A) Antes de cair a noite, todos já se tinham recolhido.
- (B) De manhã, um vendedor de picolés havia passado na porta da casa.
- (C) Ao mesmo tempo que chovia, as poças da calçada iam aumentando.
- (D) O louco atirava objetos pela janela que eram imediatamente recolhidos por passantes.
- (E) A casa tinha pegado fogo, mas na véspera ainda recebia convidados para uma festa.

6

Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos destacados é de causa / consequência.

- (A) O governo decidiu decretar feriado / para que a reunião dos chefes de Estado pudesse ocorrer em segurança.
- (B) Como ninguém vai trabalhar nesse dia / grande parte das pessoas decidiu passear em outros estados.
- (C) Embora não houvesse muita gente na cidade / os táxis trabalharam bastante.
- (D) Os turistas ficaram entusiasmados com a paisagem da cidade / pois o tempo bom ajudou bastante.
- (E) No próximo ano haverá mais um encontro internacional / mas os objetivos serão outros.

7

As frases a seguir mostram, sublinhada, uma forma verbal no presente do indicativo.

Assinale a frase em que essa forma tem valor de futuro.

- (A) Todos os dias, ele chega às dez horas da manhã.
- (B) A fábrica produz cerca de meia tonelada de parafusos.
- (C) O cão tentou fugir, mas o pastor o prende pela correia.
- (D) A partida termina em meia hora.
- (E) Ele parece feliz esta manhã.

8

Leia o texto a seguir.

Ela dá alguns passos no quarto e se aproxima de uma grande cômoda, da qual ela puxa a gaveta superior. Ela remexe em alguns papéis, do lado direito da gaveta, se curva e, a fim de ver melhor o fundo, puxa um pouco mais a gaveta em sua direção. Após alguma procura, ela se recompõe e fica imóvel, os braços junto ao corpo, com os antebraços escondidos pelo busto.

Assinale a opção que apresenta a afirmativa adequada ao texto.

- (A) O texto mostra um narrador em primeira pessoa, sendo ele mesmo um personagem.
- (B) O texto traz os fatos e os personagens vistos através do olhar de um outro personagem.
- (C) O texto mostra mudanças de ponto de vista, passando da visão de um personagem para outro.
- (D) O texto mostra um narrador onisciente, que vê tudo, conhecendo os pensamentos dos personagens e as razões de suas ações.
- (E) O texto é objetivo e neutro, com visão do lugar da cena, sem que saibamos o que pensam os personagens, limitando-se a transcrever os fatos.

9

Assinale a opção que exemplifica um texto descritivo.

- (A) Em outros momentos as goiabeiras já tinham sido atacadas e o patrão reclamou do prejuízo; a partir daí, tinha ficado sempre de olho.
- (B) As jabuticabeiras, por exemplo, estão frondosas e produzem constantemente frutos grandes e saborosos, que fazem a alegria da criançada.
- (C) Paulo aproximou-se da goiabeira e observou que alguns ramos tinham sido atacados por pragas. Apanhou o tubo de inseticida e procurou controlar o mal.
- (D) Já o abacateiro parou de produzir este ano, apesar de receber tratamento especial; Paulo renovou a terra, colocou adubo, mas ele parece desanimado.
- (E) Plantar é uma coisa difícil e nunca se sabe o futuro de uma planta: pode produzir frutas ou não, crescer ou murchar, mas o importante é procurar conhecer sempre mais.

10

Leia o texto a seguir.

De todos os materiais produzidos pelo fogo primitivo, o granito é o menos simples e o mais variado; ele é ordinariamente composto de quartzo, feldspato e mica; dessas substâncias, a mais fusível é o feldspato.

Sobre a significação e a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Mostra um texto narrativo, com uma sucessão de etapas na formação do granito.
- (B) As relações lógicas entre as frases do texto mostram a prioridade das relações causa/consequência.
- (C) Exemplifica um texto explicativo, que mostra a origem e a composição, além de propriedades, do granito.
- (D) O objetivo central do texto é instruir ou ensinar, daí que sua linguagem seja simples, com vocabulário corrente.
- (E) Trata-se de um texto argumentativo, em que o autor defende a superioridade do granito sobre outros materiais.

Módulo II – Conhecimentos Específicos

11

O Estado *Alfa* recebeu manifestações de três diferentes pessoas jurídicas, com o objetivo de serem qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP), quais sejam, uma associação de classe, uma cooperativa e uma instituição religiosa. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.790/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) A qualificação como OSICIP da associação de classe, da cooperativa e da instituição religiosa não é juridicamente cabível.
- (B) A associação de classe pode ser qualificada como OSICIP, prerrogativa não extensível às demais entidades.
- (C) A instituição religiosa pode ser qualificada como OSICIP, prerrogativa não extensível às demais entidades.
- (D) A cooperativa pode ser qualificada como OSICIP, prerrogativa não extensível às demais entidades.
- (E) A associação de classe, a cooperativa e a instituição religiosa podem ser qualificadas como OSICIP.

12

Após tomar posse no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, Lucas solicitou aos seus auxiliares a formulação de um estudo sobre as hipóteses que legitimam a contratação direta no âmbito da Administração Pública, em especial os casos de inexigibilidade de licitação, sendo prontamente atendido.

Nesse cenário, observadas as formalidades legais e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é ***inexigível*** a licitação para a

- (A) contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
- (B) aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (C) contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
- (D) contratação que envolva valores inferiores a cem mil reais, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- (E) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

13

A diretoria da sociedade empresária XYZ, interessada na celebração de uma parceria público-privada com o Estado *Alfa*, passou a analisar, detidamente, a legislação que trata sobre a matéria, de forma a melhor se informar sobre a temática.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, assinale a opção que ***não*** é uma diretriz a ser observada na contratação de parceria público-privada.

- (A) Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.
- (B) Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.
- (C) Eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade.
- (D) Assunção do risco da contratação por parte da parceira privada, sem ônus ao Poder Público.
- (E) Indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado.

14

Os Municípios *Alfa*, *Beta* e *Delta*, localizados em Estados distintos, pretendem constituir um consórcio público, com atuação na área da saúde. Demais disso, há o interesse, por parte dos respectivos Prefeitos, de que a União integre a referida entidade.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.107/2005, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os consórcios públicos constituem pessoas jurídicas de direito privado, com natureza jurídica de empresa pública, integrando a Administração Pública Direta de todos os entes da federação consorciados.
- II. A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- III. Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15

Instituiu-se, no âmbito do Município *Alfa*, a sociedade de economia mista XYZ, em observância às formalidades legais, sendo necessária a criação do Código de Ética de Conduta e Integridade.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise os temas constantes nas afirmativas a seguir.

- I. Princípios, valores e missão da sociedade de economia mista, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude.
- II. Canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais.
- III. Mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, o Código de Conduta e Integridade da sociedade de economia mista XYZ disporá sobre o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16

Determinada pessoa jurídica de direito privado, que realiza tratamento de dados pessoais, violou as normas previstas na legislação de regência sobre a matéria. Dessa forma, um dos sócios da entidade, preocupado com potenciais sanções, buscou se informar, adequadamente, sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, analise as penalidades administrativas insertas nas afirmativas a seguir.

- I. Multa simples, de até vinte por cento do faturamento da pessoa jurídica de direito privado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a cem milhões de reais por infração.
- II. Publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.
- III. Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

Nesse cenário, os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na Lei nº 13.709/2018, ficam sujeitos em tese, entre outras, à(s) sanção(ões) administrativa(s) elencada(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

Durante uma conversa com o Prefeito do Município *Alfa*, João, Secretário da municipalidade, externou forte preocupação com o tema afeto à proteção do meio ambiente, em especial em razão das intensas queimadas que assolaram a cidade.

Considerando as disposições da Constituição Federal, a respeito da proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) É uma competência comum da União e dos Estados, apenas.
- (C) É uma competência privativa dos Municípios.
- (D) É uma competência privativa dos Estados.
- (E) É uma competência privativa da União.

18

A sociedade empresária XYZ busca, junto ao Poder Público, a expedição de determinada licença ambiental, concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e as condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), é correto afirmar que a sociedade empresária XYZ almeja a expedição de uma licença

- (A) de instalação, sendo certo que o prazo de validade deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento, não podendo ser superior a cinco anos, sem prejuízo de eventual prorrogação.
- (B) prévia, sendo certo que o prazo de validade deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento, não podendo ser superior a cinco anos, sem prejuízo de eventual prorrogação.
- (C) de instalação, a qual vigorará por prazo indeterminado, até que seja atestada a viabilidade ambiental do empreendimento.
- (D) de operação, a qual vigorará por prazo indeterminado, até que seja atestada a viabilidade ambiental do empreendimento.
- (E) prévia, a qual vigorará por prazo indeterminado, até que seja atestada a viabilidade ambiental do empreendimento.

19

João, ativista em matéria ambiental, foi procurado por um amigo, proprietário de uma extensa área rural, que buscava informações adequadas sobre o instituto da servidão ambiental, com o objetivo de, posteriormente, instituí-la, na forma da legislação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.938/1981, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- (B) Admite-se, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a título oneroso, faculdade não extensível nas hipóteses de transmissão do imóvel por meio de doação.
- (C) Devem ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental e o contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental.
- (D) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.
- (E) Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.

20

O Poder Público pretende instituir, em observância às formalidades legais, uma unidade de conservação, com o objetivo de proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Registre-se que a referida unidade de conservação pode ser constituída por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os seus objetivos com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.985/2000, é correto afirmar que o Poder Público pretende instituir um(a)

- (A) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, unidade de proteção integral.
- (B) Refúgio da Vida Silvestre, unidade de proteção integral.
- (C) Reserva Extrativista, unidade de uso sustentável.
- (D) Reserva de Fauna, unidade de proteção integral.
- (E) Reserva Biológica, unidade de uso sustentável.

21

O Município *Alfa*, em observância às formalidades legais, aplicou, em detrimento do imóvel XYZ, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, por se tratar de solo urbano não utilizado.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 10.257/2001, analise as afirmativas a seguir.

- I. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município *Alfa* poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- II. Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pela Câmara de Vereadores do Município *Alfa* e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
- III. O Município *Alfa* procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

22

Acerca da Política Nacional do Saneamento Básico, considerando as disposições da Lei nº 11.445/2007 e da Lei nº 14.026/2020, as opções a seguir apresentam condições de validade do contrato que tenha por objeto a prestação de serviço público de saneamento básico, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, vedado o acesso à minuta do contrato antes da publicação formal deste no diário oficial.
- (B) A existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico.
- (C) A existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes das leis citadas acima, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização.
- (D) A existência de metas e cronograma de universalização dos serviços de saneamento básico.
- (E) A existência de plano de saneamento básico.

23

Foi instituída comissão, no âmbito do Município X, com o objetivo de identificar as políticas públicas a serem implementadas ou aperfeiçoadas em prol das crianças com deficiência, considerando os balizamentos estabelecidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD).

A comissão, em suas considerações preliminares, concluiu corretamente que

- (A) deve ser evitado, no âmbito das instituições públicas, o contato direto das crianças com deficiência com as demais, de modo a evitar comparações e estigmatizações.
- (B) entre os fatores a serem considerados na implementação das políticas públicas, o superior interesse da criança deve receber consideração primordial pelas estruturas de poder.
- (C) embora devam direcionar os trabalhos da comissão, os comandos da CIDPD não podem se sobrepor às leis internas afetas às crianças com deficiência, considerando a soberania nacional.
- (D) as medidas a serem adotadas com base na CIDPD devem buscar a construção da plena igualdade formal das pessoas com deficiência, referencial de segurança jurídica que evita medidas voluntaristas em prol de grupos específicos.
- (E) as políticas públicas devem proteger aspectos físicos e anímicos das crianças com deficiência; nesse último caso, com a previsão de que sua opinião seja sempre exteriorizada por meio de seus representantes, de modo a evitar deturpações.

24

Em conduta que escandalizou a população do pequeno Município *Alfa*, João agrediu Maria, sua esposa, por motivos banais, o que causou lesões gravíssimas nesta última, ensejando sua internação por diversos meses em uma unidade hospitalar municipal.

Após a concessão da alta hospitalar, foi formado um processo administrativo com informações a respeito dos custos gerados pela internação, com encaminhamento à Procuradoria-Geral do Município *Alfa* para a adoção das medidas cabíveis.

O Procurador Municipal designado para o caso observou corretamente que

- (A) Maria deve ser instada a ressarcir aos cofres públicos os custos com a sua internação, sendo-lhe assegurado o direito de regresso contra João.
- (B) o serviço público de saúde é prestado em caráter gratuito, logo, não é possível postular o ressarcimento dos custos realizados com o tratamento de Maria.
- (C) João deve ressarcir os custos de internação de acordo com os valores praticados no âmbito da iniciativa privada, sendo o respectivo valor revertido em benefício de Maria.
- (D) João deve ressarcir os custos de internação de acordo com os valores adotados na tabela do Sistema Único de Saúde, sendo o respectivo valor recolhido ao Fundo de Saúde do Município.
- (E) João deve ressarcir os custos de internação, conforme planilha elaborada pela unidade hospitalar, sendo o respectivo valor revertido para a realização de investimentos no âmbito dessa unidade.

25

Após ampla mobilização da população do Município *Sigma* e da classe política, foram adotadas as medidas administrativas necessárias, pelos órgãos competentes, para a concessão do título de propriedade da área ocupada pela comunidade quilombola existente no local há mais de um século.

Em relação à referida propriedade, à luz da sistemática legal vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) O título é concedido de maneira coletiva e *pro indiviso*.
- (B) O título é concedido individualmente a cada quilombola.
- (C) Somente pode ser alienada para a aquisição de outra propriedade.
- (D) Está sujeita a um prazo qualificado para que possa ser usucapida por terceiros.
- (E) Somente pode ser penhorada por dívidas relacionadas à atividade produtiva da comunidade quilombola.

26

Em razão da descoberta de riquezas minerais no âmbito da reserva indígena *Alfa*, tanto sociedades empresárias como os próprios indígenas desejavam realizar a sua lavra.

Sobre a referida lavra, considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional.
- (B) Somente pode ser realizada pelas sociedades empresárias se houver autorização dos indígenas.
- (C) Não pode ser realizada enquanto não ocorrer a desafetação das terras indígenas dos fins a que estão vinculadas.
- (D) Pode ser realizada livremente pelos indígenas, pois o acessório, a jazida, segue a sorte do principal, a terra indígena.
- (E) Deve ser realizada pelo detentor de autorização da União, ficando assegurado aos indígenas no mínimo cinquenta por cento dos resultados econômicos.

27

Determinado grupo de ativistas dos Direitos Humanos apregoava que a completude da personalidade individual somente seria alcançada com a plena integração do ser humano ao ambiente sociopolítico.

Ainda de acordo com o grupo de ativistas, para a realização do referido objetivo é indispensável a construção de uma *cidadania plena*, expressão indicativa de que

- (A) é assegurado o sufrágio parcial, sem a exclusão de grupos historicamente reprimidos.
- (B) devem ser assegurados ao indivíduo níveis adequados de satisfação dos direitos civis, políticos e sociais.
- (C) os direitos políticos devem apresentar uma relação de sobreposição entre os conceitos de capacidade eleitoral ativa e passiva.
- (D) os direitos políticos devem instrumentalizar a generalidade dos direitos civis, o que permitirá a realização dos direitos sociais conforme o mérito individual.
- (E) a dignidade da pessoa humana é materializada com o reconhecimento dos direitos de defesa, o que possibilitará ao indivíduo a obtenção dos direitos políticos e dos sociais.

28

O Prefeito do Município *Alfa*, logo após ser eleito, editou decreto criando uma unidade de preservação ambiental na região norte do território municipal, o que impunha restrições ao desenvolvimento imobiliário e à exploração econômica da região. Ao ser reeleito, ele solicitou que a Procuradoria-Geral do Município analisasse a possibilidade, ou não, de a referida unidade ser suprimida.

Foi corretamente respondido ao Prefeito, na perspectiva constitucional, que

- (A) em razão do princípio da paridade das formas, observados os demais requisitos exigidos, a supressão poderia ser feita por decreto.
- (B) em razão da vedação ao retrocesso ambiental, não é permitida a supressão alvitrada.
- (C) o decreto de supressão deve ser submetido à aprovação da Câmara Municipal de *Alfa*.
- (D) é necessária a prévia aprovação do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (E) a supressão é permitida com a edição de lei municipal.

29

Apesar das tentativas de chegar a uma solução consensual em relação à divergência ocorrida na interpretação de ajuste celebrado com a *Organização Internacional Alfa*, o Município *Sigma* decidiu ajuizar uma ação perante o juízo competente para que a celeuma fosse resolvida.

O Procurador-Geral do Município *Sigma*, subscritor da petição inicial, decidiu corretamente que a ação deve ser ajuizada perante

- (A) um Juiz Federal.
- (B) um Juiz de Direito.
- (C) o Tribunal de Justiça.
- (D) o Supremo Tribunal Federal.
- (E) o Superior Tribunal de Justiça.

30

João foi eleito Prefeito do Município *Delta* apresentando, como plataforma de campanha, o compromisso de revolucionar a educação oferecida pelo Município. Um dos seus objetivos era o de criar uma rede de escolas técnicas, de nível médio, com o objetivo de suprir a grande carência de mão de obra verificada a nível local, estadual e federal.

Ao consultar sua assessoria em relação à conformidade constitucional do seu projeto, foi-lhe corretamente informado que a criação da referida rede, em razão do respectivo nível de ensino,

- (A) é de competência privativa da União.
- (B) é de competência privativa de *Delta*.
- (C) configura área de atuação prioritária de *Delta*.
- (D) é de competência privativa do Estado no qual *Delta* está localizado.
- (E) embora não configure área de atuação prioritária de *Delta*, o objetivo pode ser realizado.

31

A Procuradoria-Geral do Município *Alfa* recebeu uma consulta do Chefe do Poder Executivo em relação à possibilidade, ou não, de a Lei municipal nº X/2015 ter a sua validade contestada, perante o Supremo Tribunal Federal, em um processo objetivo de controle de constitucionalidade, por afrontar regra de competência prevista na Constituição da República.

Com relação à Lei municipal nº X/2015, considerando o referido questionamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário.
- (B) Pode ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de processo objetivo, tal qual alvitrado na consulta.
- (C) Somente pode ser cotejada com a Constituição Estadual, o que deve ser feito pelo Tribunal de Justiça.
- (D) Somente poderia ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal, da forma alvitrada na consulta, se fosse anterior à Constituição da República.
- (E) Pode ser cotejada tanto com a Constituição Estadual quanto com a Constituição da República, o que somente pode ser feito pelo Tribunal de Justiça.

32

João e Maria, brasileiros naturalizados, se encontravam no Egito, a serviço de uma indústria de cosméticos. Nessa ocasião, ocorreu o nascimento de Júlia.

Quando a criança completou cinco anos, a família passou a residir na Rússia. Poucos anos após atingir a maioridade civil, Júlia passou a residir no território brasileiro em caráter permanente.

Como Júlia pretende fruir determinado direito no Brasil, buscou se informar em relação à sua nacionalidade, tendo concluído, corretamente, que é

- (A) brasileira nata.
- (B) brasileira naturalizada.
- (C) estrangeira, mas será considerada brasileira nata caso venha a optar por essa nacionalidade a qualquer tempo.
- (D) brasileira nata, caso os seus pais venham a formular requerimento nesse sentido perante a autoridade brasileira competente.
- (E) estrangeira, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira, o que exige que resida no território nacional por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.

33

Em 2021, João celebrou um contrato de locação com Maria, fixando o valor do aluguel com base na variação de um índice específico de reajuste. Em 2023, entrou em vigor uma nova lei que proibia a aplicação desse índice em contratos de locação residenciais, determinando que, a partir de então, o reajuste seria feito com base em um índice menos oneroso para o locatário. A nova lei, em seu Art. 1º, afirmava que as normas sobre o reajuste das locações residenciais, por serem afetas ao direito social à moradia, eram normas de ordem pública.

Diante da situação hipotética, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nova lei deve ser aplicada imediatamente ao contrato de João e Maria, pois a legislação brasileira adota o princípio da retroatividade benigna, o que permite que leis mais favoráveis ao locatário sejam aplicadas a contratos em vigor, independentemente de sua celebração em data anterior à norma.
- II. A nova lei se aplica ao contrato de locação entre João e Maria apenas no que diz respeito aos reajustes futuros, pois admite-se a aplicação de novas leis em situações continuadas, mesmo quando já formalizadas anteriormente.
- III. A nova lei é aplicável de forma integral ao contrato de João e Maria, uma vez que o princípio da função social do contrato autoriza a intervenção estatal para modificar obrigações previamente estabelecidas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

34

Em janeiro, Júlio e Carla firmaram um contrato preliminar de compra e venda de um imóvel por instrumento particular, em caráter irrevogável, estabelecendo o preço, a forma de pagamento e prevendo a assinatura do contrato definitivo para junho. Em maio, Júlio informou a Carla que não pretende mais vender o imóvel e se recusou a assinar o contrato definitivo.

Diante dessa situação, Carla consulta um advogado para saber se tem o direito de exigir judicialmente a assinatura do contrato definitivo.

Com base na legislação vigente e na situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Carla pode exigir judicialmente a assinatura do contrato definitivo, pois o contrato preliminar celebrado com Júlio gera uma obrigação de fazer, impondo às partes a celebração do contrato final nas condições acordadas.
- (B) Carla não pode exigir a assinatura do contrato definitivo, pois o contrato preliminar firmado com Júlio não possui efeito vinculante e funciona apenas como uma proposta de venda, sem criar obrigações para as partes.
- (C) Carla apenas poderá requerer indenização por perdas e danos, pois o contrato preliminar é uma obrigação de natureza preparatória, que depende de uma nova manifestação de vontade de ambas as partes para ter efeitos vinculantes.
- (D) Carla pode exigir a assinatura do contrato definitivo, desde que Júlio não tenha vendido o imóvel a terceiros, pois se ele já tiver vendido o imóvel, somente poderá pleitear perdas e danos, resguardando os direitos do terceiro adquirente, como expressamente previsto em lei.
- (E) Carla não pode exigir judicialmente a assinatura do contrato definitivo, pois a execução específica só é cabível para contratos formalizados por escritura pública e registrados, o que não se aplica ao contrato preliminar de compra e venda celebrado por instrumento particular.

35

Carlos e Júlia celebraram um contrato pelo qual, Carlos entregou certa quantidade de mercadorias a Júlia para a venda.

Pelo contrato, Júlia se comprometeu a devolver a mercadoria não vendida em até 60 dias ou a pagar a estimativa de valor das mercadorias entregues. Após 30 dias, parte das mercadorias foi furtada do estabelecimento de Júlia, que alega não ser responsável pelo pagamento, uma vez que o furto constitui caso fortuito, afastando sua obrigação.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Júlia é obrigada a pagar o valor estimado das mercadorias furtadas, pois a perda ou deterioração das mercadorias fica a cargo da consignatária, salvo disposição em contrário.
- (B) Júlia não é obrigada a pagar o valor das mercadorias furtadas, pois o caso fortuito exclui sua responsabilidade, sendo necessário apenas que ela devolva as mercadorias restantes ao final do prazo de 60 dias.
- (C) Júlia não é responsável pelo pagamento das mercadorias furtadas, pois a sua responsabilidade é limitada apenas às mercadorias vendidas ou devolvidas ao consignante, estando excluídas aquelas destruídas por caso fortuito.
- (D) Júlia deve restituir o valor integral das mercadorias, incluindo as furtadas, apenas se o contrato previr expressamente a sua responsabilidade por perdas decorrentes de caso fortuito ou força maior.
- (E) Júlia é obrigada a pagar o valor integral das mercadorias apenas se conseguir vender todas, pois, no contrato celebrado entre as partes, o pagamento ao consignante depende exclusivamente da venda e não da guarda dos bens.

36

Ana celebrou um contrato de prestação de serviços com a sociedade empresária *Construcasa* para a reforma de sua residência. Pelo contrato, a obra deveria ser finalizada em 60 dias.

Como a sociedade empresária atrasou a entrega em mais de 30 dias, Ana teve despesas extras com hospedagem e armazenamento de móveis. Assim, ela deseja ser indenizada pelos prejuízos causados pelo atraso.

Considerando as disposições do Código Civil sobre a responsabilidade civil contratual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ana só teria direito a indenização se a cláusula penal por atraso estivesse expressamente prevista no contrato.
- (B) Ana não tem direito à indenização em razão do simples atraso, pois o serviço foi prestado, não havendo que se falar em inexecução.
- (C) Ana pode cobrar uma indenização fixada por sua própria estimativa dos danos, pois, o prejuízo é presumido, dispensando a comprovação específica do dano.
- (D) Ana pode exigir apenas a finalização da obra sem cobrança adicional, pois a mora contratual, no caso, não gera direito a indenização pelos danos sofridos, visto que indiretos.
- (E) Ana tem direito a ser indenizada pelos prejuízos que comprovadamente sofreu em razão do atraso, independentemente de prova de culpa da *Construcasa*, salvo se comprovado que o atraso decorreu de força maior ou caso fortuito.

37

João, por engano, realizou uma transferência bancária no valor de R\$ 5.000,00 para a conta de Carlos, acreditando estar enviando o valor para seu fornecedor.

Ao perceber o erro, João contatou Carlos para solicitar a devolução do valor. Carlos, no entanto, recusou-se a devolver a quantia, afirmando que já havia utilizado o dinheiro para pagar despesas pessoais.

Com base nas disposições do Código Civil sobre o pagamento indevido, assinale a afirmativa correta.

- (A) João tem direito de exigir a devolução do valor de Carlos, pois o pagamento indevido cria uma obrigação de restituição, independentemente de Carlos já ter utilizado o dinheiro para despesas pessoais, conforme previsto no Código Civil.
- (B) João não pode exigir a devolução do valor, pois Carlos já o utilizou em despesas pessoais, o que descaracteriza a obrigação de restituir, transformando o pagamento indevido em uma liberalidade.
- (C) João só pode exigir a devolução se provar que Carlos teve má-fé ao receber o valor, pois, na ausência de dolo ou má-fé, não há obrigação de restituir valores recebidos indevidamente.
- (D) João pode exigir a devolução do valor somente se houver decisão judicial declarando a transferência como pagamento indevido, pois sem essa confirmação Carlos não tem obrigação de restituir.
- (E) João pode exigir que Carlos restitua o valor apenas parcialmente, pois a devolução integral é vedada quando o valor já foi utilizado para despesas essenciais pelo receptor de boa-fé.

38

Marcos comprou um veículo usado de Rafael e menos de um mês após a compra, percebeu que o veículo apresentava um vício no motor, não identificado até então, que estava comprometendo o funcionamento do veículo. Ele tentou negociar com Rafael, que se recusou a reparar o problema ou devolver o valor pago.

Diante disso, assinale a opção que apresenta, corretamente, a ação que Marcos deve adotar.

- (A) Marcos pode exigir judicialmente a resolução do contrato, com a devolução integral do valor pago, pois o vício oculto no motor, mesmo descoberto após a compra, compromete o uso do veículo, configurando uma hipótese de redibição.
- (B) Marcos não tem direito a qualquer ação contra Rafael, pois, ao comprar um veículo usado, assume os riscos naturais de desgaste e manutenção inerentes a um bem usado.
- (C) Marcos somente poderá exigir que Rafael pague pelos consertos do veículo, pois o vício não dá direito à devolução do valor pago ou à resolução do contrato, limitando-se a reparação ao abatimento proporcional no preço.
- (D) Marcos pode pedir a resolução do contrato ou um abatimento proporcional do preço, mas somente se comprovar que Rafael sabia do defeito no momento da venda e omitiu essa informação intencionalmente.
- (E) Marcos poderá exigir judicialmente a reparação do problema ou a restituição do valor pago, desde que o defeito tenha sido identificado e reclamado no prazo de até 30 dias após a compra.

39

João ingressou com ação declaratória em face do Município *Alfa*, requerendo a declaração judicial de ocorrência de ato ilícito em seu desfavor, praticado por servidor público daquele município. O juízo, ao exercer o juízo de admissibilidade da petição inicial, indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem resolução do mérito, aduzindo não ser possível que a pretensão autoral tenha cunho meramente declaratório.

Nesse caso, tomando as informações acima como premissa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juízo agiu acertadamente, pois a Fazenda Pública não pode ser compelida a litigar em face de pedidos de cunho puramente declaratório, ante o princípio da eficiência.
- (B) João poderá interpor recurso de apelação em face da sentença, oportunidade na qual o juízo poderá exercer o juízo de retratação, no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) A sentença contém vício, pois é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha havido a violação do direito do autor.
- (D) Em julgamento de eventual recurso de apelação interposto por João, o Tribunal de Justiça poderá dar provimento ao recurso e, desde logo, julgar a causa em favor do autor, ainda que necessárias provas à análise do mérito.
- (E) Antes de indeferir a petição inicial, o juízo deveria ter intimado João a emendar a petição inicial, incluindo, ao menos, um pedido condenatório, por ser vedada a formulação de pedido meramente declaratório.

40

Regina, Promotora de Justiça com atuação na Comarca de Serra da Saudade (MG), protocolou apelação em processo no qual o Ministério Público atua como parte após decorridos 35 dias de sua intimação pessoal.

Na petição, encartada em processo que tramita em autos físicos, Regina apontou que, diante da sobrecarga de trabalho naquela Comarca, ocasionada pelas férias de três dos promotores que lá atuam e a necessidade de substituição temporária dos colegas, não foi possível o protocolo tempestivo do recurso.

A respeito da hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Ministério Público dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar como fiscal da ordem jurídica, razão pela qual o juízo deveria ter requisitado os autos após o transcurso do mencionado prazo e dado andamento ao processo.
- (B) O relator, se reconhecer a justa causa para a extrapolação do prazo de protocolo da apelação do Ministério Público, poderá relevá-la, reconhecendo a tempestividade do recurso apresentado.
- (C) Regina deveria ter apresentado pedido de prorrogação de prazo antes de seu término, não sendo lícito ao relator da apelação considerar tempestiva a apelação protocolada.
- (D) Com efeito, a apelação foi tempestivamente apresentada, pois o Ministério Público dispõe de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, de sorte que, no caso, a apelação poderia ter sido ofertada até o sexagésimo dia do prazo.
- (E) Ante a peremptoriedade dos prazos processuais, o relator não poderá relevar a intempestividade da apelação, a qual deverá ser descartada do processo.

41

Milton moveu ação possessória em face de Flávio, ambos domiciliados em Belém (PA). A ação tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Belém (PA) e diz respeito a imóvel situado no Município de São Bernardo do Campo (SP). No curso da fase instrutória, a União interveio no processo, aduzindo ser a proprietária do imóvel litigioso.

Ato contínuo, o juízo declinou o processo à Seção Judiciária de Belém (PA). Finda a fase instrutória, a União requereu sua exclusão do processo e devolução dos autos à Justiça Estadual, sustentando que, após reanálise, identificou que o bem não integra o seu patrimônio, não tendo interesse no feito.

Sobre o caso apresentado, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Embora a Comarca de São Bernardo do Campo (SP) seja competente para apreciar a demanda possessória, por ser o foro do local da coisa, a opção de Milton por ajuizar a ação no foro do domicílio do réu é válida.
- (B) A Comarca de Belém (PA) é competente para apreciar a pretensão possessória de Milton, por ser o foro do domicílio do réu.
- (C) O Juiz Estadual agiu corretamente ao remeter os autos ao Juízo Federal competente, ante o interesse da União no feito manifestado naquela oportunidade.
- (D) Diante do pleito de exclusão da União do processo, o Juízo Federal poderá suscitar conflito de competência antes de restituir os autos à Justiça Estadual.
- (E) O declínio de competência em favor da Justiça Federal após a intervenção da União foi indevido, eis que as ações possessórias não são de competência da Justiça Federal, por expressa disposição da Constituição Federal.

42

O Estado *Delta* foi condenado, em ação movida por João, servidor público efetivo, a implementar gratificação em sua remuneração, devida aos servidores estatutários daquele ente público. O Juízo deferiu a tutela provisória de urgência requerida por João na sentença, determinando a imediata inclusão da parcela, sob pena de multa.

Inconformada com a decisão, a Procuradoria-Geral do Estado interpôs recurso de apelação em face da sentença. Na sequência, João requereu o cumprimento de sentença.

Em tal caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Após interpor o recurso de apelação, o Estado *Delta* poderá impetrar mandado de segurança com vistas a obter o respectivo efeito suspensivo do recurso.
- (B) Diante da concessão de tutela provisória de urgência na própria sentença, o cumprimento de sentença promovido por João terá natureza definitiva, ainda que pendente de julgamento o recurso de apelação.
- (C) Diante de eventual provimento do recurso de apelação, João deverá responder pelo prejuízo que a efetivação da tutela provisória de urgência vier a causar ao Estado, se agiu com dolo ou culpa ao requerer o cumprimento de sentença.
- (D) Em razão do deferimento da tutela provisória de urgência na própria sentença, o recurso de apelação interposto pelo Estado terá efeitos devolutivo e suspensivo.
- (E) Caberá à Procuradoria-Geral do Estado requerer a concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação ao tribunal ou ao relator, a depender do momento em que formulado tal requerimento.

43

Regina, consumidora, ajuizou ação indenizatória em face do Mercado *Delta*, sustentando que o réu lhe vendeu um pacote de carne impróprio para consumo.

Em sede de saneamento, diante das peculiaridades da causa em razão da maior facilidade do réu em cumprir ônus probatório, o Juízo determinou a inversão do ônus da prova, impondo ao réu o ônus de comprovar que o produto vendido era adequado para consumo.

Tomando tal caso como premissa, assinale a afirmativa correta.

- (A) É descabida a inversão do ônus da prova, em razão de tal ônus ser atribuído integral e exclusivamente ao autor.
- (B) As razões do Juízo para determinar a inversão do ônus da prova são plausíveis, sendo válida a atribuição do ônus probatório ao Mercado *Delta*.
- (C) A inversão do ônus da prova não seria cabível no caso concreto, em razão de as razões apontadas pelo Juízo não serem suficientes para permitir tal inversão.
- (D) Além da inversão do ônus da prova por decisão judicial, Regina e o Mercado *Delta* poderão convencionar sobre tal distribuição, ainda que a convenção torne excessivamente difícil a uma das partes o exercício do direito.
- (E) É prescindível a inversão do ônus da prova nas ações que versem sobre relações de consumo, pois há presunção legal de veracidade dos fatos alegados pelo autor.

44

João ajuizou ação de cobrança em face do Estado do Pará, a qual foi distribuída no foro de seu domicílio, qual seja, o Município de Canaã dos Carajás (PA).

Em sede de contestação, o Estado do Pará, preliminarmente, sustentou que o Município de Canaã dos Carajás é comarca incompetente para a ação, requerendo a remessa para o foro da capital, qual seja, o Município de Belém, que, em seu entender, é o único com competência para a causa.

Sobre o caso, conforme o CPC e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O foro do domicílio de João é competente para a ação, pois se trata de foro competente e pertencente aos limites territoriais do Estado do Pará.
- (B) A preliminar do Estado do Pará merece ser acolhida, pois as ações nas quais o Estado figure como réu deverão ser propostas na capital ou, em se tratando de pedido fundado na ocorrência de ato ilícito, no foro de ocorrência do ato ou fato.
- (C) Em razão de a competência territorial ter natureza absoluta, a remessa dos autos à Comarca de Belém (PA) é imprescindível para a validade do processo, por ser o foro competente para a causa.
- (D) Ainda que fosse domiciliado em outro Estado da Federação, João poderia propor a ação na Comarca de seu domicílio, a qual é competente para as ações nas quais o Estado figure como réu.
- (E) O Juiz deverá declinar a competência em favor da Comarca de Belém, eis que somente as execuções fiscais movidas pelo Estado da Federação poderão ser propostas no domicílio do executado.

45

João é Prefeito do Município X e busca entender quais receitas tributárias pertencem aos municípios.

Quanto às receitas que devem ser destinadas aos municípios, considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O produto da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade territorial rural incidente nos imóveis situados no município.
- (B) 25% do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos pela União aos servidores federais no município.
- (C) 50% da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do município.
- (D) 50% da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual.
- (E) 100% do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos por empresas privadas situadas no município.

46

Paulo é proprietário de uma pequena empresa e foi notificado pela Fazenda Pública sobre um crédito tributário pendente. Preocupado com as consequências dessa dívida, Paulo decidiu tomar medidas para suspender a exigibilidade do crédito.

Sobre as medidas que Paulo pode tomar para suspender a exigibilidade do crédito tributário, segundo a legislação tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Paulo poderá pagar o crédito tributário.
- (B) Paulo poderá requerer a isenção do crédito tributário.
- (C) Paulo poderá requerer a remissão do crédito tributário.
- (D) Paulo poderá solicitar o parcelamento do crédito tributário.
- (E) Paulo poderá depositar o valor do crédito tributário que entende devido, ainda que o valor seja parcial.

47

João realizou o pagamento do IPTU em valor maior do que o devido, por erro do Município no cálculo da alíquota aplicável. Ao perceber o equívoco, João pretende solicitar a restituição do montante pago indevidamente. No entanto, ele ficou em dúvida sobre o procedimento correto e o prazo que tem para pleitear essa restituição judicialmente.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) João não tem direito à restituição, uma vez que o pagamento foi feito espontaneamente.
- (B) O direito de João pleitear a restituição extingue-se em 2 anos a partir da data do pagamento do tributo.
- (C) A restituição de tributos não dá direito à restituição dos juros de mora e das penalidades pecuniárias.
- (D) João pode pleitear a restituição do tributo pago indevidamente em até 5 anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- (E) João tem o direito de solicitar a restituição do tributo pago indevidamente, mas apenas se puder comprovar que assumiu o encargo financeiro ou tiver autorização expressa do terceiro que o assumiu.

48

Carlos ingressou como administrador em uma sociedade empresária, em 2015. Em 2019, a sociedade deixou de pagar o IPTU incidente sobre o imóvel de sua sede administrativa. Carlos se retirou da administração da sociedade empresária em 2021.

Em 2022, a Fazenda Pública ajuizou execução fiscal e, após a sociedade empresária não ter sido encontrada no seu domicílio fiscal, foi declarada a sua dissolução irregular.

Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre responsabilização dos sócios, assinale a opção que indica, corretamente, se Carlos poderá ser responsabilizado pela dívida de IPTU relativa ao exercício de 2019.

- (A) Não, pois ele não era sócio à época do fato gerador do tributo inadimplido.
- (B) Sim, pois o redirecionamento da execução fiscal pode alcançar qualquer sócio ou administrador, independentemente da data de sua saída da sociedade.
- (C) Não, pois Carlos deixou a administração da sociedade antes da declaração de dissolução irregular e, portanto, não é responsável pela dívida tributária.
- (D) Sim, pois Carlos não poderia ter se retirado da administração da sociedade deixando dívidas tributárias, caracterizando a sua responsabilidade pessoal.
- (E) Sim, pois o inadimplemento do tributo gera responsabilidade tributária ao administrador à época do fato gerador.

49

A sociedade empresária *LimpaTudo Ltda.* presta serviços de coleta e destinação final de resíduos sólidos. O seu estabelecimento está localizado no Município X, mas ela foi contratada para executar o serviço em um grande condomínio industrial no Município Y.

A prefeitura do Município X emitiu um auto de infração exigindo o pagamento do ISS, argumentando que o imposto era devido no local do estabelecimento da sociedade empresária. Esta, no entanto, defende que o ISS é devido no Município Y, onde o serviço foi executado.

Com base na legislação e na jurisprudência sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ISS é devido no Município X, pois é onde se encontra o estabelecimento da sociedade empresária *LimpaTudo Ltda.*
- (B) O ISS é devido no Município X, pois foi quem identificou a ocorrência do fato gerador.
- (C) O ISS é devido no Município Y, onde o serviço de coleta e destinação final de resíduos sólidos foi executado.
- (D) O ISS somente será devido no Município Y se houver uma filial da sociedade empresária nesse município.
- (E) O ISS pode ser cobrado por qualquer um dos municípios envolvidos, e a sociedade empresária deve pagar conforme previsão nas leis municipais.

50

Eduardo é socio-administrador de uma sociedade empresária e foi acusado de apropriação indébita previdenciária porque deixou de repassar à Previdência Social as contribuições descontadas de seus funcionários.

A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público antes que houvesse a constituição definitiva do crédito tributário na via administrativa.

Considerando a legislação e a jurisprudência sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crime contra a ordem tributária é formal e independe da constituição do crédito.
- (B) A ausência do lançamento definitivo do tributo não impede a denúncia, mas pode ser considerada na dosimetria da pena.
- (C) O crime de apropriação indébita previdenciária possui natureza de delito material, que só se consuma com o ajuizamento da execução fiscal.
- (D) A denúncia por crime contra a ordem tributária não pode ser oferecida antes da constituição do crédito, pois a falta de lançamento caracteriza a ausência de justa causa para a ação penal.
- (E) Não se admite, nos crimes contra a ordem tributária, a extinção da punibilidade do crime pela satisfação do tributo devido, ainda que antes do recebimento da denúncia.

51

Sônia trabalhava em Canaã dos Carajás/PA, em uma sociedade empresária voltada para a extração mineral, vindo a falecer em um trágico acidente de automóvel em 2024. Sônia morava com seu esposo e 2 filhos solteiros capazes, tendo o mais velho 27 anos de idade e o mais novo, 20 anos de idade.

De acordo com a norma de regência, assinale a opção que indica quem terá direito à pensão por morte de Sônia.

- (A) O viúvo e os 2 filhos de Sônia.
- (B) Somente o viúvo.
- (C) Somente o viúvo e o filho de 20 anos de idade.
- (D) Somente os filhos.
- (E) Somente o filho de 20 anos de idade.

52

Assinale a opção que indica o benefício previdenciário que observa os princípios da seletividade e da distributividade, e é devido aos segurados considerados, por Lei, como tendo baixa renda.

- (A) Salário-família.
- (B) Auxílio-acidente.
- (C) Salário-maternidade.
- (D) Aposentadoria por incapacidade permanente.
- (E) Pensão por morte.

53

Sérgio é chefe da área de RH de uma sociedade empresária localizada em Canaã dos Carajás/PA. Um dos empregados foi ao escritório de Sérgio e requereu que a sociedade o dispensasse sem justa causa, pois não tinha mais interesse em permanecer no emprego, mas não queria pedir demissão porque perderia vários direitos. Sérgio negou o pedido, o empregado se alterou e desferiu um violento soco no rosto de Sérgio, tendo de ser contido pelos seguranças.

Diante do caso apresentado e da legislação de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não se trata de acidente do trabalho, porque a sociedade empresária não teve culpa.
- (B) É acidente do trabalho, mas houve culpa exclusiva da vítima, que deveria ter cautela no momento de negar o pedido.
- (C) Não se pode caracterizar o evento como acidente do trabalho, porque ele ocorreu em momento no qual o agressor não estava trabalhando.
- (D) É acidente do trabalho típico e a responsabilidade pela indenização deve ser buscada em reclamação trabalhista contra a sociedade empresária e o empregado agressor.
- (E) O evento é considerado acidente do trabalho por equiparação.

54

Fernanda trabalhou toda a sua vida profissional em Canaã dos Carajás/PA, como empregada na agricultura, vindo a se aposentar pelo INSS por tempo de contribuição em 2018.

Após a aposentadoria, Fernanda conseguiu emprego no comércio local, com a CTPS assinada, e já trabalha há 5 anos. Orientada por colegas em redes sociais, Fernanda pretende fazer a “desaposentação” e, com isso, ter acesso a uma aposentadoria maior no futuro.

Sobre a pretensão de Fernanda, de acordo com o entendimento consolidado do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a desaposentação, abdicando da aposentadoria atual e usando, no futuro, as contribuições feitas após a aposentadoria.
- (B) Não é possível a desaposentação pretendida por Fernanda, por falta de previsão legal.
- (C) Não é possível a desaposentação, mas Fernanda poderá requerer a devolução das contribuições feitas para o INSS após a aposentadoria.
- (D) É possível a desaposentação, desde que Fernanda tenha 10 anos de contribuição após a sua aposentadoria original.
- (E) Não é possível a desaposentação, porque, a rigor, uma vez que Fernanda conseguiu novo emprego, a sua aposentadoria anterior deveria ser cancelada.

55

O Juízo da 15ª Vara do Trabalho de Canaã dos Carajás/PA prolatou sentença na qual condenou determinado empregador a pagar diversas parcelas ao ex-empregado, condenando ainda o Município de Canaã dos Carajás/PA de forma subsidiária porque o reclamante era terceirizado e atuava junto a uma escola do Município. O ente público pretende recorrer para ser absolvido de qualquer responsabilidade.

Diante da situação retratada e dos termos da CLT, em relação ao preparo do recurso ordinário a ser interposto pelo Município de Canaã dos Carajás/PA, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não haverá necessidade de preparo.
- (B) O Município recolherá apenas custas.
- (C) O Município recolherá custas e depósito recursal.
- (D) O Município recolherá apenas metade das custas.
- (E) Haverá recolhimento de custas pelo Município, mas ao final, caso mantida a sentença.

56

Gilda era auxiliar de serviços gerais e empregada da sociedade empresária *Tudo Limpo Ltda.* Gilda era terceirizada e atuava em uma escola do Município de Canaã dos Carajás/PA.

Gilda foi dispensada pelo ex-empregador, mas não teve o FGTS recolhido, daí porque pretende ajuizar reclamação trabalhista contra o ex-empregador e o Município de Canaã dos Carajás/PA, em litisconsórcio passivo, requerendo deste a responsabilidade subsidiária. O montante dos direitos de Gilda é de R\$ 4.200,00.

Sobre o procedimento a ser adotado, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante do valor, deverá ser observado o rito sumaríssimo.
- (B) Deverá ser observado o rito sumário por se tratar de causa de alçada exclusiva de Vara.
- (C) Deverá ser observado o procedimento comum ordinário.
- (D) Será observado o procedimento especial de jurisdição voluntária.
- (E) Será observado o procedimento especial de jurisdição contenciosa.

57

Em uma reclamação trabalhista que tramita perante a 20ª Vara do Trabalho de Canaã dos Carajás/PA, foi julgado procedente em parte o pedido de Jonas, vigilante terceirizado, tendo havido condenação do seu ex-empregador e, subsidiariamente, do Município de Canaã dos Carajás/PA, que era o tomador dos serviços.

Revelando-se inexitosa a execução contra o ex-empregador, o exequente requereu o seu direcionamento contra o Município, que foi citado na forma da Lei e pretende ajuizar embargos à execução.

Sobre a hipótese narrada, de acordo com a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Município deverá garantir integralmente o juízo com dinheiro ou bens para embargar.
- (B) Tratando-se de ente público, basta garantir o juízo pela metade da execução para ajuizar embargos.
- (C) É desnecessária a garantia do juízo para ajuizar embargos diante da natureza jurídica do Município.
- (D) A garantia do juízo deverá ser feita com fiança bancária para não comprometer os gastos públicos ordinários.
- (E) Não há necessidade de garantir o juízo porque todas as dívidas são obrigatoriamente pagas por Requisição de Pequeno Valor (RPV).

58

Jéssica foi contratada em 2023 por uma sociedade empresária localizada em Canaã dos Carajás/PA e que explora a agropecuária.

No setor de trabalho de Jéssica existem, hierarquicamente, os seguintes cargos: 10 auxiliares de estoque (o nível mais baixo), que são subordinados a 7 assistentes de estoque (o nível intermediário) que, a seu turno, estão subordinados a 3 estoquistas (o nível mais alto). Jéssica foi contratada como estoquista, mas, após 8 meses de trabalho, o empregador resolveu alterar a sua função para assistente de estoque.

Acerca da alteração imposta, de acordo com as normas de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) É ilegal, por tratar-se de rebaixamento.
- (B) Trata-se de reversão e, portanto, é lícita, desde que mantido o mesmo salário.
- (C) É legal e está dentro do poder diretivo do empregador, desde que o sindicato de classe concorde.
- (D) A legalidade da medida está condicionada à prova de alguma falta ou deslize da empregada.
- (E) Somente será possível a alteração se houver autorização judicial prévia.

59

Fernando é policial militar da ativa do Estado do Pará e foi contratado por uma rede de farmácias para fazer segurança privada em uma de suas filiais, apenas nas suas folgas do plantão na corporação.

Godofredo tem 17 anos de idade e foi contratado por um condomínio residencial para atuar como porteiro noturno, das 22:00h às 5:00h durante 5 dias na semana, com intervalo de 1 hora para refeição.

Sobre as situações retratadas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambas as hipóteses versam sobre trabalho ilícito.
- (B) Fernando tem contrato ilícito e Godofredo, contrato proibido.
- (C) Ambos os contratos são válidos.
- (D) Fernando tem contrato proibido e Godofredo, contrato válido.
- (E) Ambas as hipóteses versam sobre trabalho proibido.

60

Assinale a opção que indica, das hipóteses a seguir listadas, aquela que **não** gerará, por si só, o rompimento do contrato de trabalho do(s) empregado(s).

- (A) A desapropriação de uma fábrica para ser transformada em um hospital público.
- (B) A morte de um empregado por Covid-19.
- (C) Distrato, por acordo entre empregado e empregador.
- (D) O deferimento da recuperação judicial ao empregador.
- (E) Encerramento voluntário das atividades da sociedade empresária.

Questão Discursiva - Peça Prática Profissional

O Município *Alfa*, em observância às formalidades legais, publicou edital de licitação, na forma da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de celebrar contrato administrativo para o fornecimento de bens ao Poder Público. O processo licitatório transcorreu de forma regular, sendo certo que, na fase de julgamento, constatou-se situação de empate entre as propostas apresentadas pelas sociedades empresárias XYZ e ABC, ambas entidades de grande porte.

Empregados os critérios de desempate estabelecidos em lei, o empate persistiu. Em assim sendo, o Poder Público assegurou preferência à sociedade empresária XYZ, na forma da lei. A licitação prosseguiu, encerrando-se de forma regular. Posteriormente, no curso da execução do contrato administrativo, a Administração Pública o alterou unilateralmente, ao argumento de ser necessária a modificação do valor contratual em decorrência de diminuição quantitativa de seu objeto, no patamar de 70% (setenta por cento).

A contratada, irresignada com a mudança implementada, manifestou o interesse de proceder à rescisão do contrato administrativo por meio de um processo administrativo. Afirmou, ainda, que a legislação lhe garante uma série de direitos em caso de rescisão do pacto sem culpa da contratada. Nesse contexto, ao tomar ciência da controvérsia posta, o Prefeito da municipalidade solicitou à Procuradoria um parecer jurídico, de forma a tomar a melhor decisão à luz do interesse público primário.

Registre-se que não há cláusula compromissória ou compromisso arbitral no âmbito do pacto celebrado, tampouco qualquer interesse da Administração Pública em uma solução consensual do litígio.

Com base no cenário hipotético narrado e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, além dos entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, elabore o parecer solicitado pelo Prefeito do Município *Alfa*, em gênero dissertativo-argumentativo, abordando os itens a seguir.

- a. **Indique os critérios de desempate que devem ser utilizados, na fase de julgamento, em caso de empate entre duas ou mais propostas.**
- b. **Persistindo o empate depois do emprego dos critérios de desempate, cite os mecanismos usados para escolher o licitante vencedor.**
- c. **Apresente o conceito de contratos administrativos e o rol de cláusulas exorbitantes.**
- d. **Avalie se a alteração unilateral implementada pelo Município *Alfa* está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.**
- e. **Avalie se a pretensão da sociedade empresária XYZ de proceder à rescisão do contrato administrativo, por meio de um processo administrativo, está em conformidade com a ordem jurídica.**
- f. **Em caso de extinção do contrato administrativo, indique os direitos que a sociedade empresária XYZ detém.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Realização

